

TECENDO SUSTENTABILIDADE: A PRODUÇÃO ORGÂNICA NA AGRICULTURA FAMILIAR

WEAVING SUSTAINABILITY: ORGANIC PRODUCTION IN FAMILY FARMING

TEJIENDO SOSTENIBILIDAD: PRODUCCIÓN ECOLÓGICA EN LA AGRICULTURA FAMILIAR

Letícia Vieira da Silva

Engenheira Agrônoma Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - EDUVALE
oficialleticiasilva@gmail.com

Júnior de Souza Costa

Mestre em Desenvolvimento Local Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço -
EDUVALE
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9928-5277>

Samira Gabrielle Oliveira Patias

Mestra em Ciência e Tecnologia de Alimentos Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São
Lourenço - EDUVALE
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0848-8875>

Eloísa A. Cerino Rosa Lima

Mestre em Desenvolvimento Territorial Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso SECUC/MT
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4801-6063>

Susana da Silva Ribeiro

Especialista em História e Cultura Afro-brasileira Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso
SECUC/MT
susanasilvaribeiro@hotmail.com

RESUMO: A agricultura familiar desempenha um papel fundamental na produção de alimentos em muitas regiões do mundo, contribuindo para a segurança alimentar, a geração de empregos e o desenvolvimento econômico das áreas rurais. Este trabalho de conclusão de curso busca conceituar a agricultura familiar, suas práticas de produção e sua relação com a produção orgânica. Por meio de uma revisão bibliográfica, processo sistemático de busca, coleta e análise de informações e conhecimentos disponíveis em publicações acadêmicas, científicas, livros, artigos, teses, dissertações e outras fontes bibliográficas relevantes sobre um determinado tema, objetivou-se destacar as contribuições da agricultura familiar para a conservação da biodiversidade, preservação de práticas tradicionais, manutenção da cultura local e fornecimento de alimentos saudáveis e de qualidade para a população. A análise dos resultados aponta para a necessidade de fortalecer e apoiar a agricultura familiar e a produção orgânica como estratégias de promoção do desenvolvimento sustentável, redução das desigualdades sociais e garantia da soberania alimentar da população.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Produção orgânica. Sustentabilidade.

ABSTRACT: Family farming plays a fundamental role in food production in many regions of the world, contributing to food security, job creation and economic development in rural areas. This end-of-course work seeks to conceptualize family farming, its production practices and its relationship with organic production. By means of a bibliographic review, a systematic process of searching for, collecting and

analyzing information and knowledge available in academic and scientific publications, books, articles, theses, dissertations and other relevant bibliographic sources on a given topic, the aim was to highlight the contributions of family farming to the conservation of biodiversity, the preservation of traditional practices, the maintenance of local culture and the provision of healthy, quality food for the population. The analysis of the results points to the need to strengthen and support family farming and organic production as strategies for promoting sustainable development, reducing social inequalities and guaranteeing the population's food sovereignty.

Keywords: Family farming. Organic production. Sustainability.

RESUMEN: La agricultura familiar desempeña un papel fundamental en la producción de alimentos en muchas regiones del mundo, contribuyendo a la seguridad alimentaria, la creación de empleo y el desarrollo económico de las zonas rurales. Este trabajo de fin de curso pretende conceptualizar la agricultura familiar, sus prácticas productivas y su relación con la producción ecológica. Mediante una revisión bibliográfica, proceso sistemático de búsqueda, recopilación y análisis de información y conocimientos disponibles en publicaciones académicas y científicas, libros, artículos, tesis, tesinas y otras fuentes bibliográficas relevantes sobre un tema determinado, se ha pretendido destacar las contribuciones de la agricultura familiar a la conservación de la biodiversidad, la preservación de las prácticas tradicionales, el mantenimiento de la cultura local y el suministro de alimentos sanos y de calidad a la población. El análisis de los resultados apunta a la necesidad de fortalecer y apoyar la agricultura familiar y la producción ecológica como estrategias para promover el desarrollo sostenible, reducir las desigualdades sociales y garantizar la soberanía alimentaria de la población.

Palabras clave: Agricultura familiar. Producción ecológica. Sostenibilidad.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é um pilar da produção de alimentos em muitas regiões do mundo, desempenhando um papel essencial na segurança alimentar, geração de empregos e economia local. Com base na força do trabalho familiar e na tradição passada de geração em geração, os agricultores familiares enfrentam desafios e superam adversidades diariamente para garantir o abastecimento de alimentos para a sociedade.

Neste contexto, é fundamental compreender a importância da agricultura familiar não apenas como um meio de subsistência, mas também como um modelo de produção que valoriza a conexão com a terra, a preservação de práticas tradicionais e a manutenção da cultura local. Nesse sentido, esse trabalho tem entre seus objetivos explorar os desafios, perspectivas e contribuições da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável, destacando sua relevância para a segurança alimentar, conservação dos recursos naturais e fortalecimento das comunidades rurais.

Ao compreender a importância da agricultura familiar e os desafios que os agricultores enfrentam, podemos identificar diversas práticas que promovem um sistema alimentar mais saudável, sustentável e resiliente para todos. Entre elas destacamos a produção orgânica que tem ganhado cada vez mais destaque e importância no cenário agrícola atual, sendo reconhecida por seus benefícios ambientais, sociais e econômicos. A busca por alimentos mais saudáveis e sustentáveis tem impulsionado o crescimento desse setor, tanto em mercados locais quanto internacionais. Nesse contexto, a produção orgânica surge como uma alternativa viável e promissora para agricultores e consumidores que buscam uma relação mais harmoniosa com o meio ambiente.

Espera-se que esta pesquisa contribua para a compreensão da importância da agricultura familiar não apenas como meio de subsistência, mas também como um modelo de produção que valoriza a conexão com a terra, a preservação de práticas tradicionais e a manutenção da cultura local, bem como fortalecer o debate e a conscientização sobre a importância da produção orgânica, incentivando práticas agrícolas mais responsáveis e alinhadas com os princípios da sustentabilidade.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa adotou a abordagem de revisão bibliográfica como principal metodologia para investigar o tema proposto. Silva (2003, p. 60) salienta que "pesquisa bibliográfica explica e discute um tema ou problema com base em referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos científicos".

Uma pesquisa com base em revisão bibliográfica é um tipo de estudo que consiste na análise e síntese de informações já publicadas em livros, artigos, teses, relatórios e outras fontes acadêmicas relacionadas a um determinado tema. Nesse tipo de pesquisa, o pesquisador busca compilar, organizar e

interpretar os conhecimentos existentes sobre o assunto em questão, a fim de identificar lacunas, tendências e novas abordagens.

3 AGRICULTURA FAMILIAR: COMPREENDENDO O CONCEITO, EXPLORANDO PRÁTICAS E ENFRENTANDO DESAFIOS

A agricultura, desde os primórdios, se constitui como um dos pilares da economia nacional, influenciando não apenas a vida das pessoas, mas também a economia, o meio ambiente e o desenvolvimento da sociedade. Existem diversos tipos de agricultura que se desenvolvem de acordo com diferentes contextos, práticas e objetivos e cada uma apresenta características específicas, desafios e potenciais benefícios. Dentre os tipos de agricultura podemos citar a Agricultura Familiar que desempenha um papel importante na economia de muitos países, contribuindo para a segurança alimentar, para a geração de empregos no campo e para a preservação da biodiversidade.

3.1 AGRICULTURA FAMILIAR: FUNDAMENTOS E PRÁTICAS

A agricultura familiar é um tipo de produção agrícola na qual a propriedade e a gestão das atividades são conduzidas por famílias, que utilizam principalmente mão de obra familiar nas diferentes etapas do processo produtivo. Geralmente, as áreas cultivadas na agricultura familiar são menores se comparadas às propriedades de grandes empresas agrícolas. Para Mendes & Mendes (2023), as discussões sobre a agricultura familiar se fortaleceram no Brasil no fim da década de 1980 e início da década de 1990, devido crise no espaço agrário provocada pela intensa modernização tecnológica no campo.

Essa realidade trouxe à tona os movimentos sociais que iniciaram suas lutas pelo espaço da agricultura familiar na economia do Brasil, fazendo com que o Estado começasse a pensar em política públicas para o setor, o que também estimulou as discussões sobre o assunto e a necessidade de se estabelecer conceitos e parâmetros (Mendes & Mendes, 2023, p. 294).

Os movimentos sociais desempenharam e continuam desempenhando um papel fundamental na formação e consolidação do conceito de agricultura familiar, pois atuam como agentes de transformação social, promovendo a organização e a mobilização dos agricultores familiares em busca de melhores condições de vida e de trabalho no campo. Além disso, contribuem para a construção de uma visão mais ampla e inclusiva da agricultura, que vai além do simples cultivo de alimentos.

A Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, considera:

[...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:
I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (Brasil, 2006, Lei Nº 11.326)

A Lei Nº 11.326 foi complementada pelo Decreto no 9064, de 31 de maio de 2017 e embora existam diversas críticas em relação a esses critérios, a referida lei é de extrema importância, pois reconhece a importância social, econômica e ambiental desse segmento da agricultura. Ela estabelece critérios e benefícios específicos para os agricultores familiares, como acesso a políticas públicas, programas de incentivo, crédito rural diferenciado, assistência técnica, entre outros. Portanto, a definição da agricultura familiar por meio de uma legislação específica é fundamental para garantir a valorização e a perpetuação desse modo de produção agrícola tão importante para a sociedade.

De acordo com Picolotto (2014, p. 64) nas “últimas décadas, vem ocorrendo um processo complexo de construção da categoria agricultura familiar”. Diversos atores contribuíram, cada um à sua forma e segundo seus interesses, na definição do que se entende como agricultura familiar no Brasil, portanto, a definição atual é resultado de diversas lutas e embates travados junto a academia, Estado e diversas organizações de agricultores.

Por muito tempo a agricultura de base familiar foi invisibilizada em muitos contextos, pois a grande propriedade sempre foi vista como centro do modelo agrícola a ser estruturado no país. Como resultado disso, os pequenos produtores familiares foram relegados ao abandono, principalmente devido à falta de reconhecimento e valorização de seu papel na produção de alimentos e no desenvolvimento econômico, o que resulta na falta de políticas públicas específicas ou inadequadas para atender esse setor (Picolotto, 2014). Nesse sentido, é importante destacar que mesmo diante de tantas adversidades a agricultura familiar se desenvolve e persiste.

Finatto & Salamoni (2008) afirmam que isso fica evidenciado:

na significativa quantidade de mão-de-obra relativa à família empregada no campo e à diversidade (em quantidade e qualidade) de produtos oferecidos, por este segmento, para atender as demandas do mercado consumidor interno e mesmo o externo. Por isso, os agricultores familiares, são considerados essenciais para a produção de alimentos tanto da população rural quanto urbana. (Finatto & Salamoni, 2008, p. 200).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base no Censo Agropecuário de 2017, aponta que 77% dos estabelecimentos agropecuários no país foram classificados como agricultura familiar. Em extensão de área, a agricultura familiar ocupava no período da pesquisa 80,9 milhões de hectares, o que representa 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Ainda de acordo com o censo, a agricultura familiar empregava cerca de 10 milhões de pessoas no Brasil naquele ano. Esses trabalhadores

desempenham um papel crucial na produção de alimentos no país e no desenvolvimento das áreas rurais (IBGE, 2017).

No Brasil, a agricultura familiar é responsável por cerca de 70% dos alimentos consumidos no país, de acordo com dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Essa participação expressiva destaca a importância da agricultura familiar na garantia da segurança alimentar e no abastecimento da população brasileira (Picolotto, 2011).

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) destaca que a maior parte do abastecimento da mesa dos brasileiros é proveniente da agricultura familiar que responde por 7 de cada 10 empregos no campo, ocupando 80% do setor rural (Picolotto, 2011).

Nos últimos anos, a agricultura familiar vem ganhando destaque em diversas esferas, sendo reconhecida como um pilar essencial para a segurança alimentar, desenvolvimento sustentável e preservação da biodiversidade.

Para Finatto & Salamoni (2008, p. 204/205), o termo desenvolvimento sustentável está amparado na ideia de “repensar as formas de apropriação do meio natural pelo homem, elaborando novas estratégias produtivas na tentativa de minimizar os custos socioambientais ocasionados pelo atual modelo produtivo.” Este é um conceito que busca conciliar o crescimento econômico com a preservação ambiental e o bem-estar social, garantindo que as necessidades das gerações atuais sejam atendidas sem comprometer a capacidade das gerações futuras. Para os autores.

[...] a agricultura familiar possui valores construídos na unidade produtiva, decorrentes de uma simbiose entre o ecossistema e o agricultor que trabalha diretamente na terra. Desta forma, as tradições culturais são fortemente influenciadas pelo meio, onde há uma significativa interação, representando um traço a ser mantido pelos sucessores do grupo familiar que, amparados por técnicas tradicionais, se relacionam mais harmoniosamente com o ambiente natural em que desenvolvem suas atividades, tanto as relacionadas às atividades técnicas na agricultura quanto às sociais. (Finatto & Salamoni, 2008, p. 206).

Para alcançar esse objetivo, a agricultura familiar tem buscado formas de produzir que adotem práticas de proteção ao meio ambiente. Isso envolve, por exemplo, a utilização de técnicas que excluem o uso de agroquímicos sintéticos, promovendo o cultivo de alimentos de forma mais natural e saudável, adoção de técnicas como rotação de culturas, substituição de adubos químicos por adubos orgânicos, além da integração de árvores às atividades agrícolas chamados de sistemas agroflorestais.

Outro aspecto que tem colocado a agricultura familiar em lugar de destaque é a preocupação com a preservação da biodiversidade. A produção derivada da agricultura familiar, em sua maioria, adota práticas sustentáveis como a diversificação de cultivos, tendo em vista que cultivar uma variedade de espécies vegetais e animais contribui para a manutenção da diversidade genética e de espécies.

Bezerra e Schlindwein (2017) discorrendo sobre a diversificação da produção, afirmam que ela:

além de ser uma prática fundamental para o equilíbrio ecológico, tão importante aos sistemas agrícolas, também é considerada uma estratégia para a geração contínua de renda pelos agricultores familiares ao longo do ano, considerando a sazonalidade de produção de cada espécie cultivada (Bezerra e Schlindwein, 2017, p. 10).

A conservação de áreas de vegetação nativa também é uma prática positiva no sentido de garantir a preservação da biodiversidade. Muitos agricultores familiares reservam parte de suas propriedades para a preservação de matas ciliares, nascentes, áreas de preservação permanente e fragmentos de vegetação nativa (Finatto & Salamoni, 2008).

Além disso, a agricultura familiar valoriza o uso de sementes crioulas e a preservação da biodiversidade agrícola, contribuindo para a manutenção de variedades locais e adaptadas às condições específicas de cada região. Essa diversidade de cultivos não apenas garante segurança alimentar para as famílias agricultoras, mas também promove a resiliência dos sistemas produtivos frente a condições climáticas adversas e a pragas e doenças.

Picolotto (2011), também discorrendo sobre as práticas da agricultura familiar, afirma que é muito importante destacar a valorização do trabalho manual e da mão de obra familiar que é um dos pilares desse modelo de produção. Com isso, garantem um cuidado especial com as plantas e animais, promovem a conexão com a terra, entre as gerações e com o conhecimento tradicional.

Essas práticas não apenas garantem a produção de alimentos saudáveis e de qualidade, mas também fortalecem as comunidades rurais, promovem a inclusão social, geram renda e contribuem para a autonomia das famílias agricultoras. Dessa forma, esse modelo de produção se mostra como uma alternativa sustentável e justa para o desenvolvimento rural. Entretanto, a agricultura familiar enfrenta diversos desafios que impactam sua sustentabilidade, produtividade e qualidade de vida das famílias agricultoras, assunto que trataremos no próximo tópico.

3.2 DESAFIOS E PERSPECTIVAS: A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL EM BUSCA DE SUSTENTABILIDADE E VALORIZAÇÃO

A agricultura familiar se apresenta como um modo de produção menos excludente e ambientalmente mais equilibrado. No debate sobre o desenvolvimento local, as especificidades produtivas e geradoras de renda e ocupação, expressivas na agricultura familiar, têm importância econômica e social e são motivadoras de políticas públicas, porém ela tem enfrentado inúmeros desafios para se sustentar e desenvolver.

Grisa (2017), afirma que entre os diversos desafios e problemas que podem impactar a sustentabilidade e a viabilidade desse modelo de produção agrícola está a falta de acesso a créditos e financiamentos, devido à falta de garantias ou à burocracia dos processos de crédito rural.

Para a autora:

a) existem obstáculos burocráticos impostos pelo sistema bancário que dificultam o acesso de agricultores familiares com níveis de renda inferiores ou que apresentem projetos de financiamento produtivos não convencionais ou projetos para atividades não agrícolas. O agente bancário geralmente tem dificuldade de interagir com a diversidade da agricultura familiar, cujos processos e dinâmicas sociais, econômicas, ambientais e culturais muitas vezes destoam das planilhas financeiras que orientam o financiamento agrícola (Grisa, 2017, p. 299).

Além disso, a falta de acompanhamento técnico especializado pode limitar a produtividade e a qualidade dos produtos, prejudicando a competitividade no mercado. Segundo a autora (2017, p. 300), “não raro, a assistência técnica e a extensão rural apresentam dificuldades ou não estão preparadas para trabalhar com os segmentos menos capitalizados ou com projetos não convencionais.”

Em relação ao transporte, os agricultores familiares muitas vezes enfrentam desafios significativos. A falta de infraestrutura adequada, as distâncias a percorrer, a inadequação dos meios de transporte e os altos custos logísticos estão diretamente ligados a dificuldade de escoamento da produção até os centros de distribuição e consumo. Essa dificuldade de transporte pode impactar diretamente a viabilidade econômica da agricultura familiar, levando a perdas na produção, aumento dos custos e redução da competitividade no mercado. Sobre essa questão, a autora reforça que:

as grandes distâncias e as dificuldades de deslocamento (seja pelas condições das estradas, falta de meios de transporte, ou seja, pelo tempo necessário nos deslocamentos fluviais) até às sedes dos municípios [...], também se impõe como limitante importante (Grisa, 2017, p. 300).

Outro desafio enfrentado é a inserção da produção dos agricultores familiares no mercado. Como já dito, existem diversos fatores que contribuem para essa dificuldade, como a falta de infraestrutura adequada e logística para o transporte, a sazonalidade da produção, a falta de capacitação em gestão e marketing, entre outros. Stropasolas (2017, p. 467), afirma que “um dos principais pontos de vulnerabilidade da agricultura familiar é a comercialização, reproduzindo-se uma lacuna no campo das políticas públicas orientadas ou não para esse segmento social.”

O autor destaca a importância da agricultura de base familiar para a sociedade, discorrendo que:

Esses sistemas com base familiar de produção desempenham um papel fundamental que vai além dos aspectos meramente produtivos, envolvendo a preservação dos ecossistemas e o dinamismo social, cultural e econômico da maior parte dos pequenos municípios do país. Mais precisamente, nas regiões em que predominam as agriculturas familiares e camponesas são enormes as diferenças em termos de capital social e desenvolvimento territorial, comparativamente às áreas dominadas pela agricultura patronal, cujo centro dinâmico é dado pelas commodities produzidas em larga escala e voltadas aos mercados internacionais (Stropasolas, 2017, p. 443).

Dada a sua necessidade, é imprescindível a adoção de medidas que ajudem a superar os desafios enfrentados pela agricultura familiar, no sentido de fortalecer esse importante segmento produtivo. Adotar uma abordagem integrada que envolva ações governamentais, parcerias com o setor privado e a sociedade

civil, além do fortalecimento das organizações representativas dos agricultores, estão entre as medidas que podem ser adotadas, com destaque para a criação e fortalecimento de políticas públicas que incentivem e apoiem esses agricultores, promovendo a organização em cooperativas, acesso a assistência técnica, abertura de novos canais de comercialização, além de investimentos em logística e infraestrutura, visando fortalecer esse setor fundamental para a segurança alimentar e desenvolvimento rural sustentável.

4 HARMONIA SUSTENTÁVEL: A SINERGIA ENTRE AGRICULTURA FAMILIAR E PRODUÇÃO ORGÂNICA

Dentre as diversas práticas já citadas aqui, passaremos agora a discorrer sobre a produção orgânica que ganha destaque na agricultura familiar. A produção orgânica é um sistema de cultivo agrícola que se baseia em práticas sustentáveis e no respeito ao meio ambiente, à saúde das pessoas e ao bem-estar animal.

Brito et al. (2023, p. 02), dissertando sobre essa temática, afirmam “o Brasil possui aproximadamente 1,3 milhão de hectares destinados à produção orgânica, ocupando a 3ª posição entre os países da América Latina e Caribe em termos de extensão de área.”

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2020), no Brasil, as raízes do movimento orgânico/agroecológico remontam ao final da década de 1970, quando um conjunto de iniciativas locais buscando uma agricultura alternativa ao modelo convencional, começou a surgir em diferentes regiões brasileiras, por iniciativa de diversas organizações não governamentais em parceria com movimentos sociais e organizações de agricultores.

O instituto afirma ainda que somente em 2003, com a aprovação da Lei nº 10.831/2003, conhecida como a Lei da Agricultura Orgânica, que estabelece as normas para a produção, processamento, certificação, comercialização e rotulagem de produtos orgânicos no Brasil, o setor ganhou expansão.

Somente em 2003, foi aprovada a Lei no 10.831, que dispõe sobre agricultura orgânica no Brasil e se constitui como eixo orientador do marco regulatório, abrangendo diferentes tipos de sistemas alternativos – ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológico, permacultura e outros. A legislação e a institucionalização de políticas públicas decorrentes desse arcabouço legal projetaram o Brasil internacionalmente como um dos países que mais avançaram em favor da produção e comercialização orgânica (Ipea, 2020, p. 24/25).

A Lei N.º 10.831, de 23 de dezembro de 2003, dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências:

Art. 1º Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente. (Brasil, Lei N.º 10.831, 2003, p. 01)

Vale destacar que a Lei da Agricultura Orgânica representa um marco importante no reconhecimento e na promoção da agricultura orgânica no Brasil, contribuindo para a expansão desse setor e para a oferta de alimentos mais saudáveis e sustentáveis para a população, pois ela define os princípios e objetivos da produção orgânica, destacando a sustentabilidade, a preservação dos ecossistemas, a valorização da biodiversidade, a promoção da saúde pública e o respeito aos trabalhadores rurais.

Além disso, a Lei nº 10.831/2003, estabelece normas para a certificação de produtos orgânicos, garantindo a qualidade, a procedência e a segurança dos alimentos para os consumidores, bem como, regulamentam o uso de insumos na produção orgânica, proibindo o uso de substâncias químicas sintéticas e organismos geneticamente modificados e incentivando o uso de práticas sustentáveis e insumos naturais.

Cabe também a referida lei, o estabelecimento de regras para a rotulagem e a comercialização dos produtos orgânicos, assegurando a transparência e a informação adequada aos consumidores sobre a origem e as características dos alimentos.

Brito et al. (2023, p. 02), afirmam que existe uma diferença crucial entre a produção orgânica e a produção convencional que está relacionada aos métodos de cultivo, aos insumos utilizados e aos princípios que norteiam cada sistema.

Na produção convencional, são comuns o uso de agrotóxicos sintéticos, fertilizantes químicos e sementes transgênicas para proteger as plantações e aumentar a produtividade. O solo muitas vezes é tratado de forma intensiva, com o uso de máquinas pesadas, monoculturas e produtos químicos que podem prejudicá-lo a longo prazo. De acordo com Brito et al. (2023, p. 02), “a agricultura convencional não possui características sustentáveis, pois a mesma requer um aporte elevado e contínuo de insumos industriais para a manutenção do sistema, apresentando baixa eficiência no uso de energia.”

Fazendo um contraponto ao modo de produção convencional, a produção orgânica tem apresentado crescimento significativo no país, tanto no número de produtores registrados, que aumentou de 253 mil para 3,1 milhões em 19 anos, como nas áreas destinadas ao cultivo. Somente em 2019 foi registrado o aumento de 1,6%, estimativa de 1,1 milhão de hectares (Brito et al., 2023).

Dentre os fatores que contribuem com o avanço da agricultura orgânica está a implementação de políticas públicas destinadas ao setor e o incremento da agricultura orgânica nas políticas de desenvolvimento (Ipea, 2020).

Na produção orgânica são evitados o uso de defensivos químicos sintéticos, fertilizantes artificiais e organismos geneticamente modificados, priorizando-se métodos naturais para manter a saúde do solo, das plantas e dos animais.

Diferente do convencional, o sistema de produção orgânico exclui o uso de fertilizantes sintéticos de alta solubilidade, agrotóxicos, reguladores de crescimento e aditivos para a alimentação animal, ou seja, trata-se de um sistema de produção agrícola que busca atingir a sustentabilidade de produção. [...] a agricultura orgânica se sustenta nas práticas que conduzem ao uso equilibrado do

solo, além de técnicas positivas para o meio ambiente como o preparo mecânico do solo com baixo impacto na estrutura, aplicação de adubos orgânicos, uso de adubação verde com leguminosas, adoção de cobertura morta, entre outros (Brito et al., 2023, p. 02).

Entre as medidas adotadas na produção orgânica estão as técnicas de rotação de culturas, consórcio de plantas, compostagem, adubação orgânica, controle biológico de pragas e doenças, manejo integrado de ervas daninhas, entre outras. São práticas que visam promover a biodiversidade, a fertilidade do solo e a sustentabilidade do sistema produtivo.

É importante destacar, embora não se configure como objeto desse estudo, que a produção orgânica pode ser encontrada em diferentes escalas e tipos de empreendimentos agrícolas. Além dos agricultores familiares que adotam práticas orgânicas em suas propriedades, existem também produtores empresariais, empresas agrícolas e até mesmo grandes fazendas que cultivam alimentos orgânicos.

Parra Filho et al. (2018), afirma que a produção orgânica muitas vezes acontece em larga escala, com uma estrutura organizacional mais complexa e com investimentos significativos em infraestrutura, tecnologia e certificação. Segundo os autores:

[...] constatou-se que o aumento da produção orgânica ocorrera com base não apenas na agricultura familiar, mas também na agricultura empresarial. Teria ocorrido, portanto, uma bifurcação na agricultura orgânica, ou seja, uma segmentação entre a produção que, por um lado, vinha apresentando características similares à produção convencional, com uso de insumos externos, trabalho assalariado, maior simplificação e especialização e, por outro, a produção fundamentada no trabalho familiar, detentora de maior artesanidade e diversidade tecnológica e que vinha mantendo sistemas mais complexos e com maior agrobiodiversidade (CONSTANCE et al., 2008) (Parra Filho et al., 2018. p 567).

A produção orgânica em grande escala é uma realidade em muitos países ao redor do mundo, com empresas e fazendas de grande porte dedicando-se ao cultivo de alimentos orgânicos para atender à demanda crescente dos consumidores por produtos saudáveis e sustentáveis. Nesses empreendimentos, a produção é realizada em uma escala comercial significativa, envolvendo diversas etapas do processo produtivo, desde o plantio até a comercialização.

Nesse modelo de produção orgânica, são adotadas técnicas e práticas específicas que visam garantir a qualidade, a segurança e a sustentabilidade dos alimentos produzidos. Isso inclui o manejo orgânico do solo, o controle natural de pragas e doenças, a rotação de culturas, a compostagem, entre outros métodos sustentáveis. Além disso, esse sistema demanda investimentos em infraestrutura, tecnologia, certificação e logística para garantir a conformidade com os padrões orgânicos e a distribuição eficiente dos alimentos para os mercados consumidores. Muitas vezes, esses empreendimentos contam com sistemas de rastreabilidade, controle de qualidade e boas práticas agrícolas para assegurar a transparência e a confiança dos consumidores (Parra Filho et al., 2018).

Apesar dos desafios e das complexidades envolvidas na produção orgânica em grande escala, muitas empresas e fazendas têm demonstrado que é possível cultivar alimentos de forma sustentável, respeitando o meio ambiente, promovendo a saúde dos trabalhadores e consumidores, e contribuindo para a construção de um sistema alimentar mais ético e responsável, tendo em vista que os produtores podem seguir os princípios da não utilização de agrotóxicos sintéticos, da conservação do solo e da valorização da biodiversidade, adaptando-os às necessidades e características de suas operações.

4.1 AGRICULTURA FAMILIAR E PRODUÇÃO ORGÂNICA RUMO À SUSTENTABILIDADE

Em relação a agricultura familiar, a produção orgânica tem sido uma alternativa viável e vantajosa, pois permite aos agricultores produzirem alimentos saudáveis, garantir a renda familiar e preservar os recursos naturais. Além disso, a agricultura orgânica dentro da agricultura familiar contribui para a diversificação das atividades agrícolas, o fortalecimento dos laços com a comunidade local e o resgate de práticas tradicionais de cultivo.

Para Schirmann & Osinski (2017, p. 406):

A população, de maneira geral, tem buscado uma alimentação mais equilibrada e saudável. Os produtos orgânicos, cultivados sem a necessidade de agrotóxicos ou qualquer tipo de químicos que possam vir a prejudicar a saúde humana vêm se destacando no prato das famílias que buscam maior qualidade de vida.

Ao adotar a agricultura orgânica, as famílias rurais podem reduzir os custos com insumos, diminuir os impactos negativos no meio ambiente, melhorar a qualidade dos alimentos produzidos e ampliar as oportunidades de comercialização. Para as autoras (2017, p. 406), “o pequeno produtor ganha espaço, tendo em vista que produz os próprios insumos ecológicos, não fazendo uso de venenos, cultivando produtos hígidos, não tendo custos altos com a produção e podendo vender a colheita na sua cidade.” Além disso, a produção orgânica valoriza o conhecimento tradicional, o manejo sustentável dos recursos naturais e a autonomia dos agricultores familiares.

O manejo sustentável é aquele em que o produtor faz uso da terra, da água e insumos tirados do meio ambiente sem prejudicá-los ou, se houver algum dano, este é reparado.

[...] agricultura sustentável é um conceito que implica aspectos políticos e ideológicos que tem a ver com o conceito de cidadania e libertação dos esquemas de dominação impostos por setores de nossa própria sociedade e por interesses econômicos de grandes grupos, de modo que não se pode abordar o tema reduzindo outra vez as questões técnicas (Schirmann & Osinski, 2017, p. 409).

Ou seja, o manejo sustentável na produção de alimentos inclui o uso eficiente de recursos como água, solo e energia, adoção de práticas que protejam a diversidade biológica dos ecossistemas, garantindo

a manutenção da fauna e flora locais e uso de técnicas que respeitem os ciclos naturais, evitando o uso excessivo de agroquímicos e valorizando a biodiversidade.

De acordo com as autoras, uma das alternativas de agricultura sustentável mais utilizada atualmente é a produção de orgânicos, pois:

com a valorização dos produtos orgânicos, a agricultura familiar vem se desenvolvendo, aumentando sua produção e a consequente geração de renda. O pequeno produtor passa não produzir apenas para o seu sustento, sendo incentivado através de programas a produzir produtos que desenvolvem sua propriedade com sustentabilidade (Schirmann & Osinski, 2017, p. 410).

Nesse sentido, a produção orgânica representa uma alternativa de renda viável e sustentável para os pequenos agricultores, pois a demanda por alimentos orgânicos tem aumentado significativamente nos últimos anos, oferecendo oportunidades de mercado para os produtores que optam por esse tipo de produção. Os consumidores estão cada vez mais preocupados com a qualidade dos alimentos, a sustentabilidade ambiental e o bem-estar animal, o que valoriza esses produtos.

Portanto, a agricultura familiar e a produção orgânica caminham juntas na busca por uma agricultura mais sustentável, justa e saudável, demonstrando que é possível conciliar a produção de alimentos com o cuidado com o meio ambiente e o respeito às comunidades rurais

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa realizada, é possível verificar que a agricultura familiar e a produção orgânica são duas áreas que frequentemente se cruzam e complementam. A agricultura familiar refere-se às unidades de produção agrícola mantidas e geridas por famílias, que dependem principalmente do trabalho familiar e são administradas de forma integrada para garantir a subsistência e renda dos membros da família. Entre as práticas da agricultura familiar, podemos citar o manejo sustentável da terra, o uso de técnicas agroecológicas, a diversificação de cultivos, a rotação de culturas, a integração entre produção vegetal e animal, o aproveitamento de recursos naturais de forma consciente, a preservação de sementes crioulas e a valorização do trabalho manual.

A produção orgânica, por sua vez, refere-se ao sistema de produção agrícola que valoriza a sustentabilidade e o uso de práticas mais naturais e saudáveis, evitando o uso de insumos químicos sintéticos. Com a produção de uma variedade de alimentos, a agricultura familiar por meio da produção orgânica, fornece alimentos frescos e saudáveis para a população, além de preservar a diversidade alimentar e cultural, pois atua na conservação ambiental, por adotar práticas sustentáveis de cultivo que respeitam os recursos naturais.

Todo esse conjunto de práticas e valores contribui para que a agricultura familiar seja uma fonte sustentável de alimentos saudáveis e de qualidade, fundamentais para o abastecimento de mercados locais e para o desenvolvimento das comunidades rurais.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, G. J.; SCHLINDWEIN, M. M. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados/MS – Brasil. *Revista Interações*, Campo Grande, MS, v. 18, n. 1, p. 3-15, jan./mar. 2017.

BRASIL. Decreto no 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm. Acesso em: 07 out. 2024.

BRASIL. Lei Nº 11.326. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm. Acesso em: 07 out. 2024.

BRITO, T. P.; ARAGÃO, S. S.; SOUZA-ESQUERDO, V. F.; PEREIRA, M. S. Perfil dos agricultores orgânicos e as formas de avaliação da conformidade orgânica no estado de São Paulo. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 61(3), 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.260825>. Acesso em: 13 nov. 2024.

FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do Município de Pelotas/RS. *Revista Sociedade & Natureza*, Uberlândia. Dez. 2008. p. 199-217.

GRISA, C. A agricultura familiar nas políticas para a agricultura familiar. In: DELGADO, G. C. BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.) *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Atlas do Espaço Rural Brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2017: Resultados Definitivos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>. Acesso em: 13 out. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. (2020). *Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil*. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=35325:td-2538-producao-e-consumo-de-produtos-organicos-no-mundo-e-no-brasil&catid=422:2020&directory=1. Acesso em: 13 nov. 2024.

MENDES, D. F.; MENDES, E. P. P. Agricultura familiar: reflexões teóricas, características e reprodução social das comunidades rurais do município de Catalão (GO). *Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia*, v. 14, 2023, p. 290-307.

PICOLOTTO, E. L. *As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, 2011.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Piracicaba/SP, Vol. 52, Supl. 1, p. 63-84, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/TrnbnVLQJSdyX8Y7pkM475v/?lang=pt#>. Acesso em: 07 out. 2024.

SCHIRMANN, C. B.; OSINSKI, C. R. A. Desenvolvimento na agricultura familiar através da produção orgânica: geração de renda aliada a sustentabilidade. In: *Anais do VIII Simpósio Iberoamericano em Comércio Internacional, Desenvolvimento e Integração Regional*. Universidade Federal da Fronteira Do Sul - Cerro Largo, 2017. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/cerro-largo/repositorio-ccl/anais-viii-simposio-iberoamericano-de-cooperacao-para-o-desenvolvimento-e-a-integracao-regional/anais-volume-i> Acesso em: 13 out. 2024.

SILVA, A. Carlos R. Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade – orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003.

STROPASOLAS, V. L. Tecendo os fios condutores de um debate: que desafios, perspectivas e proposições para as agriculturas de base familiar e camponesa do Brasil? In: DELGADO, G. C. BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.) *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.